

## ***CIRCULAR 01/2010***

### **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES**

Lisboa, 31 de Maio de 2010

Estimados clientes:

Mais um ano, mais um Orçamento. Este ano, um pouco mais tarde do que o habitual.

Foi publicada a Lei nº3-B/2010, de 28 de Abril, que aprovou e fez entrar em vigor o Orçamento de Estado para 2010 (OE2010).

Ao contrário de anos anteriores o OE2010 não introduz muitas alterações significativas, e as principais alterações a nível fiscal e económico foram dadas a conhecer com o PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento, e posteriormente, noutros diplomas. Algumas das medidas mais significativas do PEC ainda não estão transcritas no OE e, como tal, iremos provavelmente, assistir ao longo deste ano a um desfilar de legislação.

#### IRS

- Benefícios fiscais

A aquisição de computadores e material informático deixa de beneficiar do incentivo fiscal da dedução à colecta.

- Categoria B

Passa a existir um só escalão de rendimentos (150.000€) para se estar abrangido pelo regime simplificado.

- Regime Simplificado

Eliminação do rendimento tributável mínimo (3150€ em 2009), ou seja, quem tiver rendimentos inferior a este montante é tributado apenas pelo que factura e não pelo montante mínimo.

- Prazos de entrega do IRS

Por via electrónica, a 1ª fase passará a ser no mês de Abril e a 2ª fase passa para o mês de Maio.

#### IRC

- Regime Simplificado

Tendo sido suspenso em 2009, foi de vez eliminado.

- Taxa de tributação autónoma

Criada uma taxa de tributação autónoma de 35% para os bónus a pagar a administradores ou gerentes, quando representem mais de 25% da remuneração e sejam superiores a 27.500€.

I.S. (Imposto do Selo)

- Tabela do Imposto de Selo

Eliminação de diversos itens sujeitos a imposto de selo, de que se destaca: escritos de quaisquer contratos (verba 8, exº contratos de trabalho), livros dos comerciantes (verba 13), actos notariais (verba 15).

LGT (Lei Geral Tributária)

- Falta de pagamento da prestação tributária

O prazo máximo de contagem de juros de mora, no caso de pagamento de dívida em prestações é aumentado de 5 para 8 anos.

CPPT (Código do Processo e Procedimento Tributário)

- Notificações

Equiparação, mediante condições, das notificações electrónicas de dados à remessa por via postal registada.

- Compensação fiscal

Por iniciativa dos contribuintes, que tenham dívidas em fase de execução e ao mesmo tempo tenham créditos não tributários sobre entidades públicas integrantes da Administração Directa do Estado, podem indicar que sejam objecto de compensação.

RGIT (Regime Geral das Infracções Tributárias)

- Falsidade informática e software certificado

A utilização de programas ou equipamentos informáticos de facturação que não estejam certificados é punida com coima entre 250€ e 12500€. A certificação é feita mediante portaria do Ministro das Finanças, que desconhecemos a sua existência. O RGIT já punia os fornecedores, agora passa também a punir os utilizadores.

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2010.

Aproveitamos para referir que, um dia antes do OE2010, saiu a Lei nº3/2010, de 27 de Abril, que estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária.

Esperamos, com este trabalho, que V.Exas. estejam devidamente informados do panorama fiscal português.

Não deixe de consultar o nosso sítio na net [www.saturno.pt](http://www.saturno.pt) encontrando muita informação útil na área exclusiva.

Com os melhores cumprimentos.